

O que é preciso fazer para recuperar nossa economia

São vários os obstáculos que terão de ser enfrentados pelo próximo governo para iniciar a reativação de economia brasileira, em 1985, segundo análise do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, em sua "Carta do Ibre", publicada juntamente com a revista da FGV, *Conjuntura Econômica*. Os técnicos do Ibre advertem para os riscos de "um otimismo não fundamentado que corre por baixo da noção de que podemos voltar a crescer muito, logo e a qualquer custo".

Segundo eles, a reativação depende da superação de fatores adversos, como a obsolescência tecnológica em algumas áreas, o reduzido espaço para crescimento industrial, os reflexos das taxas de juros sobre a capacidade produtiva e a escassez de recursos em setores fundamentais.

O primeiro fator apontado pelo Ibre como real obstáculo à retomada do crescimento econômico em 1985 é que, como um todo, o setor industrial não tem crescido como devia. O Ibre reconhece a expansão de certos ramos industriais, estimulados pela demanda externa, como o siderúrgico, de metais não-ferrosos e de produtos petroquímicos básicos, enquanto outros não têm acompanhado essa expansão, desequilibrando o setor industrial. Segundo a análise do Ibre, os diversos choques adversos de preços relativos e de juros, desde 1973, reduziram a taxa normal de utilização da capacidade industrial, sendo portanto "provável que o alegado espaço para crescer rapidamente seja menor do que parece à primeira vista".

O segundo fator de dificuldades para a retomada do crescimento é a existência de problemas localizados em setores como os de transmissão e distribuição de energia, afetados por escassez de recursos aplicados simultaneamente na geração de energia. Há também escassez de matérias-primas da parte de alguns setores, como os de produtos alimentares, detectada na última sondagem conjuntural da indústria realizada pelo Ibre.

A "pesada herança de obras incompletas em alguns setores, derivadas de decisões imprudentes sobre investimentos em administrações passadas", também constitui, para o Ibre, problema para a retomada do crescimento econômico em 1985. Isso porque ficam pressionados os recursos públicos e privados da economia, prejudicando-se a acumulação de capital nas demais áreas e os efeitos indiretos do financiamento desses projetos sobre juros, inflação e câmbio, que "frequentemente costumam colocar ônus adicionais aos produtores e consumidores".

O Ibre aponta ainda, na obsolescência tecnológica de certos setores da economia, outro poderoso fator a impedir a realização em 1985 do projeto de retomada de crescimento. Alguns segmentos industriais, apoiados em reduzida competição interna e protecionismo contra as importações, "puderam até aqui evitar a modernização de suas instalações de produção". Segundo observam os técnicos da Fundação Getúlio Vargas, na medida em que a economia brasileira se abrir mais para o Exterior, tornando-se menos protecionista, "a alternativa para as empresas nessa situação será a atualização

tecnológica ou, então, o estancamento da produção".

Para o Ibre, caberá ^{Brasil} também ao novo governo rever os mecanismos institucionais e financeiros que influem sobre as empresas, "e agir no sentido de reduzir a sensibilidade das empresas nacionais às mudanças no nível de liquidez global, fortalecendo, para isso, sua estrutura patrimonial através do mercado de capitais". O principal problema para as empresas nacionais tem sido, segundo o Ibre, a plena utilização de sua capacidade produtiva, afetada pelas elevadas taxas de juros incidentes sobre recursos de terceiros, já que estes predominam sobre os recursos próprios utilizados pelas empresas.

O próximo governo terá duas tarefas prioritárias assim que tomar posse: promover reformas monetária e fiscal, para impedir o comportamento desordenado dos juros e criar alguma perspectiva de controle da inflação. E o que defende o diretor do Banco Boavista de Investimento, José Julio Senna, na esperança de que o futuro governo elimine as diversas formas de expansão da dívida pública, como o desajuste da Previdência, os créditos subsidiados e os déficits dos bancos estaduais.

Após ressaltar que mais uma vez as autoridades deixaram de lado a solução mais direta para os problemas da economia do País, que é a redução dos dispêndios públicos, Senna afirmou que o último "pacote" do Conselho Monetário Nacional "foi puramente de ajuste monetário, motivo pelo qual será difícil cumprir a meta de inflação de 194% ao final do ano,